



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

102

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0008458-38.2012.8.17.0001 (0282624-6)

Recorrente: Gilmar de Moura Ferreira

Recorrido: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. MILITAR. PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. INTERESSE DE AGIR NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAR DE CURSO DE FORMAÇÃO. PRETERIÇÃO NA CONVOCAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO.

- Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Gilmar de Moura Ferreira em face de decisão terminativa (fls. 79/91) desta Relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação, sob o fundamento de que o autor não demonstrou, na inicial, o interesse de agir.

- Em síntese, alega o recorrentes (fls. 90/94), que os requisitos previstos no art. 17 da Lei Complementar Estadual nº 134/2008 referem-se exclusivamente à promoção dos Cabos e Soldados e não à participação em Curso de Formação. Outrossim, defende que o mesmo diploma legal contém regras a serem aplicadas na composição do Curso de Formação de Sargentos por antiguidade, não havendo inscrição para participar no processo seletivo. Sustenta que, mesmo considerando a necessidade de preencher os requisitos exigidos pelo art. 17 da Lei Complementar Estadual nº 134/2008 para fazer jus à participação no Curso de Formação de Sargentos, teria cumprido todos os requisitos, porquanto possui comportamento ótimo e não incide nos impedimentos do art. 21 da mesma LCE.

- O presente Recurso de Agravo não merece ser provido, pois os argumentos trazidos pelo agravante são insuficientes para modificar a decisão agravada, a qual dever ser mantida, senão vejamos (fls. 79/91):

"Inicialmente, antes mesmo de analisar o mérito do presente apelo, é de se analisar o preenchimento das condições da ação, matéria de ordem pública suscetível de análise de ofício e a qualquer tempo, nos termos do art. 267, § 3º, do CPC.

(...)

Nesse sentido, vislumbro ser o apelante carecedor de ação, ante a manifesta ausência de interesse de agir.

Com efeito, o interesse processual, como condição da ação, é requisito necessário para toda e qualquer demanda proposta em juízo, de modo que sua ausência impede a análise da questão de fundo do caso em análise, ensejando a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC.

Sobre o tema, como sustentado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.310.042/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, "o interesse de agir ou processual configura-se com a existência do binômio necessidade-utilidade da pretensão submetida ao Juiz. A necessidade da prestação jurisdicional exige a demonstração de resistência por parte do devedor da obrigação, já que o Poder Judiciário é via destinada à resolução de conflitos".

Ademais, aquela mesma Corte Superior, em casos de ações que visam ao recebimento de benefícios previdenciários, entende que o interesse processual é evidenciado em três situações distintas: a) recusa de recebimento do requerimento administrativo; b) negativa de concessão do benefício; e c) notória resistência da autarquia previdenciária à tese do autor em ações previdenciárias. Tal entendimento pode ser extraído da ementa de julgamento do AgRg no REsp 1.341.269/PR, Rel. Min. Castro Meia.

Com efeito, muito embora o entendimento seja direcionado a questões previdenciárias, o fato é que a mesma lógica pode ser aplicada em outras questões ligadas à aferição do interesse processual em casos de controle de atos da Administração Pública, como na hipótese ora dos autos.

No caso ora em análise, embora tenha o autor demonstrado a existência de cursos de formação em andamento ao citar a convocação realizada por meio do Boletim Geral nº 239, de 20 de dezembro de 2012 (fls. 05), entendo que não fora demonstrado o interesse processual do recorrente, pois em nenhum momento afirmou que efetuou inscrição para participar dos cursos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

de formação em tramitação, apenas alegando fazer jus a participar do próximo curso de formação cujas turmas foram convocadas por meio daquele Boletim Geral.

Assim, não demonstrou o recorrente, em sua petição inicial, que efetuou inscrição para participar de Curso de Formação de Sargentos, tampouco a negativa da Administração em garantir a participação no citado curso, ou, quando menos, a notória resistência do Estado de Pernambuco em assegurar a participação de Cabos ou Soldados no CFS.

Nesse sentido, não há como reconhecer a existência de interesse de agir do apelante, sendo imperiosa a extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, inciso VI do CPC.

(...)

Sendo assim, resta concluir pela inexistência de interesse de agir do autor, de modo que não merece prosperar o presente apelo."

- Mesmo considerando a alegação do apelante de que não se pode falar em inscrição para participar de Curso de Formação pelo critério de antiguidade, pois o que ocorre é a convocação dos praças com mais tempo de serviço na respectiva graduação, isso não seria o suficiente para modificar as conclusões exaradas na decisão terminativa, porquanto em nenhum momento alegou o autor haver sido preterido na ordem de convocação para a participação no citado curso, apenas afirmando preencher todos os requisitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 134/2008, possuir comportamento ótimo e não estar incluído nas causas impeditivas do art. 21 do mesmo diploma legal, o que implica, por mais de uma razão, em ausência de interesse de agir.

- Por unanimidade, negou-se provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, mantendo-se a decisão terminativa concedida no bojo da apelação nº 0282624-6.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos Recurso de Agravo em Apelação nº 0282624-6, em que figuram como recorrente Gilmar de Moura Ferreira e como recorrido o Estado de Pernambuco,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em negar provimento ao Recurso de Agravo, nos termos do voto do Relator.

Recife, de de 2013.

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

102

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO Nº 0008458-38.2012.8.17.0001 (0282624-6)

Recorrentes: Gilmar de Moura Ferreira

Recorrido: Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto por Gilmar de Moura Ferreira em face de decisão terminativa (fls. 79/91) desta Relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação, sob o fundamento de que o autor não demonstrou, na inicial, o interesse de agir.

Em síntese, alega o recorrentes (fls. 90/94), que os requisitos previstos no art. 17 da Lei Complementar Estadual nº 134/2008 referem-se exclusivamente à promoção dos Cabos e Soldados e não à participação em Curso de Formação. Outrossim, defende que o mesmo diploma legal contém regras a serem aplicadas na composição do Curso de Formação de Sargentos por antiguidade, não havendo inscrição para participar no processo seletivo. Sustenta que, mesmo considerando a necessidade de preencher os requisitos exigidos pelo art. 17 da Lei Complementar Estadual nº 134/2008 para fazer jus à participação no Curso de Formação de Sargentos, teria cumprido todos os requisitos, porquanto possui comportamento ótimo e não incide nos impedimentos do art. 21 da mesma LCE.

Pugna, ao fim, pela reforma da decisão terminativa, de modo a assegurar a participação do recorrente no próximo Curso de Formação de Sargentos.

VOTO

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante do presente *decisum* (fls. 79/91):

"Inicialmente, antes mesmo de analisar o mérito do presente apelo, é de se analisar o preenchimento das condições da ação, matéria de ordem pública suscetível de análise de ofício e a qualquer tempo, nos termos do art. 267, § 3º, do CPC.

(...)

Nesse sentido, vislumbro ser o apelante carecedor de ação, ante a manifesta ausência de interesse de agir.

Com efeito, o interesse processual, como condição da ação, é requisito necessário para toda e qualquer demanda proposta em juízo, de modo que sua ausência impede a análise da questão de fundo do caso em análise, ensejando a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC.

Sobre o tema, como sustentado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.310.042/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, "o interesse de agir ou processual configura-se com a existência do binômio necessidade-utilidade da pretensão submetida ao Juiz. A necessidade da prestação jurisdicional exige a demonstração de resistência por parte do devedor da obrigação, já que o Poder Judiciário é via destinada à resolução de conflitos".

Ademais, aquela mesma Corte Superior, em casos de ações que visam ao recebimento de benefícios previdenciários, entende que o interesse processual é evidenciado em três situações distintas: a) recusa de recebimento do requerimento administrativo; b) negativa de concessão do benefício; e c) notória resistência da autarquia previdenciária à tese



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

do autor em ações previdenciárias. Tal entendimento pode ser extraído da ementa de julgamento do AgRg no REsp 1.341.269/PR, Rel. Min. Castro Meia.¹

Com efeito, muito embora o entendimento seja direcionado a questões previdenciárias, o fato é que a mesma lógica pode ser aplicada em outras questões ligadas à aferição do interesse processual em casos de controle de atos da Administração Pública, como na hipótese ora dos autos.

No caso ora em análise, embora tenha o autor demonstrado a existência de cursos de formação em andamento ao citar a convocação realizada por meio do Boletim Geral nº 239, de 20 de dezembro de 2012 (fls. 05), entendo que não fora demonstrado o interesse processual do recorrente, pois em nenhum momento afirmou que efetuou inscrição para participar dos cursos de formação em tramitação, apenas alegando fazer jus a participar do próximo curso de formação cujas turmas foram convocadas por meio daquele Boletim Geral.

Assim, não demonstrou o recorrente, em sua petição inicial, que efetuou inscrição para participar de Curso de Formação de Sargentos, tampouco a negativa da Administração em garantir a participação no citado curso, ou, quando menos, a notória resistência do Estado de Pernambuco em assegurar a participação de Cabos ou Soldados no CFS.

Nesse sentido, não há como reconhecer a existência de interesse de agir do apelante, sendo imperiosa a extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, inciso VI do CPC.

(...)

Sendo assim, resta concluir pela inexistência de interesse de agir do autor, de modo que não merece prosperar o presente apelo."

Mesmo considerando a alegação do apelante de que não se pode falar em inscrição para participar de Curso de Formação pelo critério de antiguidade, pois o que ocorre é a convocação dos praças com mais tempo de serviço na respectiva graduação, isso não seria o suficiente para modificar as conclusões exaradas na decisão terminativa, porquanto em nenhum momento alegou o autor haver sido preterido na ordem de convocação para a participação no citado curso, apenas afirmando preencher todos os requisitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 134/2008, possuir comportamento ótimo e não estar incluído nas causas impeditivas do art. 21 do mesmo diploma legal, o que implica, por mais de uma razão, em ausência de interesse de agir.

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo da Apelação Cível nº 0282624-6.

É como voto.

Recife,


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator

1 "PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. ATIVIDADE RURAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INTERESSE DE AGIR PRESUMIDO. 1. A Segunda Turma desta Corte firmou o entendimento de que o interesse processual do segurado e a utilidade da prestação jurisdicional concretizam-se nas seguintes hipóteses: recusa de recebimento do requerimento; negativa de concessão do benefício previdenciário, seja pelo concreto indeferimento do pedido, seja pela notória resistência da autarquia à tese jurídica esposada. Precedente específico: REsp 1.310.042/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 15/5/2012, DJe 28/5/2012. 2. No caso concreto, o acórdão recorrido verificou estar-se diante de notória resistência da autarquia à concessão do benefício previdenciário, a revelar presente o interesse de agir do segurado. 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1341269 PR 2012/0148480-1, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 09/04/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/04/2013)"